



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

**CURSO/PERÍODO**

**DIREITO - 1º PERÍODO - DATA: 09/06/2016.**

**GABARITO RASCUNHO**

|    |   |   |   |   |
|----|---|---|---|---|
| 01 | A | B | C | D |
| 02 | A | B | C | D |
| 03 | A | B | C | D |
| 04 | A | B | C | D |
| 05 | A | B | C | D |
| 06 | A | B | C | D |
| 07 | A | B | C | D |
| 08 | A | B | C | D |
| 09 | A | B | C | D |
| 10 | A | B | C | D |
| 11 | A | B | C | D |
| 12 | A | B | C | D |
| 13 | A | B | C | D |
| 14 | A | B | C | D |
| 15 | A | B | C | D |
| 16 | A | B | C | D |
| 17 | A | B | C | D |
| 18 | A | B | C | D |
| 19 | A | B | C | D |
| 20 | A | B | C | D |
| 21 | A | B | C | D |
| 22 | A | B | C | D |
| 23 | A | B | C | D |
| 24 | A | B | C | D |
| 25 | A | B | C | D |
| 26 | A | B | C | D |
| 27 | A | B | C | D |
| 28 | A | B | C | D |

**Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.**

**Siga as instruções:**

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

**Disciplina:** Português


**Professora:** Gislaine

**Questão 01**

Sobre a *coerência textual*, é **incorreto** afirmar:

- a) ( ) A coerência é uma conformidade entre fatos ou ideias, própria daquilo que tem nexos, conexão, portanto, podemos associá-la ao processo de construção de sentidos do texto e à **articulação das ideias**.
- b) ( ) Por serem os sentidos elementos subjetivos, podemos dizer que a coerência não pode ser delimitada, pois o leitor é o responsável pela constituição dos significados do texto.
- c) ( ) A coerência é imaterial e não está na superfície textual. Compreender aquilo que está escrito dependerá dos níveis de interação entre o leitor, o autor e o texto. Por esse motivo, um mesmo texto pode apresentar múltiplas interpretações.
- d) ( ) A coerência textual dispensa o uso adequado dos conectivos, elementos que apenas colaboram para a estruturação do texto sem apresentar relação direta com a semântica textual.

**Questão 02**

 “Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores da indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para as atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos.”  
(Sérgio Buarque de Holanda, in *Raízes*)

No texto, a expressão “*tendência espontânea*” (l. 6), pode ser classificada como:

- a) ( ) cacofonia
- b) ( ) neologismo
- c) ( ) redundância
- d) ( ) ambiguidade

### Questão 03

#### RELATÓRIO

Senhor Superintendente,

Tendo sido designado por Vossa Senhoria para apurar as denúncias de irregularidades ocorridas no aeroporto de Marília, submeto à apreciação de Vossa Senhoria o relatório das diligências que nesse sentido efetuei.

No dia 23 de julho de 1988 dirigi-me ao senhor Raimundo Alves Correia, encarregado do aeroporto daquela cidade, para que permitisse fosse interrogado o funcionário João Romão, acusado de ter furtado uma máquina de escrever Olivetti n. 146.801, pertencente ao patrimônio do aeroporto. O acusado relatou-nos que realmente havia levado a máquina para casa na sexta-feira – 18 de março de 1988 – apenas para executar alguma tarefa de caráter particular. Não a devolveu na segunda-feira, dia 21 de março, porque faltou ao serviço por motivo de doença. Quando retornou ao serviço dia 28 de março, devolveu a máquina. A doença do acusado está comprovada pelo atestado que segue anexo ao presente relatório; a devolução da máquina no dia 28 de março foi confirmada pelo senhor Raimundo Alves Correia.

Do exposto conclui-se que me parece infundada a acusação. Não houve vontade de subtrair a máquina, mas apenas negligência do acusado em levar para casa um bem público para executar tarefa particular. Foi irresponsável. Não cometeu qualquer ato criminoso.

Não me convence seja necessário impor-se a instauração de processo administrativo. O funcionário deve ser repreendido pela negligência que cometeu. É o que me cumpre levar ao conhecimento de Vossa Senhoria.


Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos de minha distinta consideração.

São Paulo, 25 de julho de 1988. Cláudio da Costa.

O relatório é um texto do tipo:

- a) ( ) descritivo;
- b) ( ) narrativo;
- c) ( ) argumentativo;
- d) ( ) poético.

### Questão 04

 Leia o texto:

*“Eles gostaram tanto do carro novo que, se pudessem, iam dirigindo até a Europa para assistir ao jogo dos seus sonhos.”*

4- Pode-se dizer que o texto é:

- a) ( ) Um período simples, composto por 4 orações.
- b) ( ) Um período composto por 3 orações.
- c) ( ) Um período simples, composto por 3 orações.
- d) ( ) Um período composto por 4 orações.

**Disciplina:** Direito Civil – Parte Geral I

**Professor:** Ronaldo Carvalho

**Questão 05**

Quanto aos direitos da personalidade:

- a) Os primos do morto podem ter legitimidade para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão a direito da personalidade;
- b) O pseudônimo goza da proteção que se dá ao nome, desde que adotado para atividades lícitas;
- c) Os direitos da personalidade somente passaram a ter tratamento sistemático no nosso ordenamento com o advento do novo Código Civil;
- d) O que impede a extensão da proteção dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas é a inexistência, nessas, de animismo.

**Questão 06**

Raul, cidadão brasileiro, no meio de uma semana comum, desaparece sem deixar qualquer notícia para sua ex-esposa e filhos, sem deixar cartas ou qualquer indicação sobre seu paradeiro. Raul, que sempre fora um trabalhador exemplar, acumulara em seus anos de labor um patrimônio relevante. Como Raul morava sozinho, já que seus filhos tinham suas próprias famílias e ele havia se separado de sua esposa 4 (quatro) anos antes, somente após uma semana seus parentes e amigos deram por sua falta e passaram a se preocupar com o seu desaparecimento. Sobre a situação apresentada, assinale a opção correta:

- a) Para ser decretada a ausência, é necessário que a pessoa tenha desaparecido há mais de 10 (dez) dias. Como faz apenas uma semana que Raul desapareceu, não pode ser declarada sua ausência, com a consequente nomeação de curador.
- b) Em sendo declarada a ausência, o curador a ser nomeado será a ex-esposa de Raul.
- c) A abertura da sucessão provisória somente se dará ultrapassados três anos da arrecadação dos bens de Raul.
- d) Se Raul contasse com 85 (oitenta e cinco) anos e os parentes e amigos já não soubessem dele há 8 (oito) anos, poderia ser feita de forma direta a abertura da sucessão definitiva.

**Questão 07**

Rodolfo, brasileiro, engenheiro, solteiro, sem ascendentes ou descendentes, desapareceu de seu domicílio há 11 (onze) meses e até então não houve qualquer notícia sobre seu paradeiro. Embora tenha desaparecido, deixou Lisa, uma amiga, como mandatária para a finalidade de administrar-lhe os bens. Todavia, por motivos de ordem pessoal, Lisa não quis exercer os poderes outorgados por Rodolfo em seu favor, renunciando expressamente ao mandato. De acordo com os dispositivos que regem o instituto da ausência, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não poderá declarar a ausência e nomear curador para Rodolfo, pois Lisa não poderia ter renunciado o mandato outorgado em seu favor, já que só estaria autorizada a fazê-lo em caso de justificada impossibilidade ou de constatada insuficiência de poderes.
- b) A renúncia ao mandato, por parte de Lisa, era possível e, neste caso, o juiz determinará ao Ministério Público que nomeie um curador encarregado de gerir os bens do ausente, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
- c) Os credores de obrigações vencidas e não pagas de Rodolfo, decorrido 1 (um) ano da arrecadação dos bens do ausente, poderão requerer que se determine a abertura de sua sucessão provisória.
- d) Poderá ser declarada a sucessão definitiva de Rodolfo 10 (dez) anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória, mas, se nenhum interessado promover a sucessão definitiva, nesse prazo, os bens porventura arrecadados deverão ser doados a entidades filantrópicas localizadas no município do último domicílio de Rodolfo.

### Questão 08

TSUNAMI, cansada da rotina e dos empregos enfadonhos fora admitida pela empresa de rações MULTIMILK LTDA, para desempenhar uma função inusitada. As funções de TSUNAMI consistiam em experimentar rações e conferir o odor dos alimentos também. Apesar de o paladar dos cachorros ser bastante diferente do paladar dos seres humanos, é preciso realizar esse tipo de checagem para verificar a qualidade do material. Vale destacar que TSUNAMI venera muito seu trabalho. Contudo, TSUNAMI fora vítima de uma invejosa colega de trabalho, que lhe imputou desarrazoadamente o furto de alguns sacos de ração Premium sabor picanha para consumo próprio. Tal fato vilipendiou a imagem e reputação de TSUNAMI. Pretende TSUNAMI ingressar com indenização pelo dano moral sofrido. O enunciado narrado diz respeito a um direito da personalidade, acerca do tema, assinale a assertiva correta:

- a) Na hipótese de manutenção da ordem pública, a lei civil autoriza a divulgação da imagem da pessoa sem a sua devida e prévia autorização.
- b) Os direitos da personalidade enquadram-se no campo dos direitos relativos.
- c) Ocorrendo a morte da pessoa, cessa a tutela sobre sua personalidade.
- d) Não há previsão legal que regule a possibilidade de alteração do sobrenome da pessoa.

**Disciplina:** Filosofia do Direito

**Professor:** André Baldan

### Questão 09

O filósofo grego Aristóteles afirmava que só podemos errar de três maneiras:

- 1 - com o pensamento correto, porém com as informações erradas;
- 2 - com o pensamento errado, porém com as informações corretas;
- 3 - com o pensamento e com as informações erradas.

Ainda referindo-se ao erro, o filósofo afirma que nossos argumentos errados podem ser divididos em dois grupos: sofismos e falácias. O que difere estes dois grupos?

- a) a intencionalidade;
- b) a quantidade de informação;
- c) o fato da falácia ser verdadeira e o sofismo falso;
- d) o fato do sofismo ser verdadeiro e a falácia falsa.

### Questão 10

Conforme o filósofo Epicuro, podemos dividir a felicidade em dois grandes grupos: a felicidade de curto prazo e a felicidade de longo prazo. Conforme a teoria deste filósofo grego, a felicidade é possível a todos pois estaria em três coisas simples. Indique a alternativa que contém os três elementos para uma vida feliz, conforme a teoria epicurista:

- a) amigos, tempo para reflexão, independência;
- b) amigos, tempo, dinheiro;
- c) dinheiro, vinho, mulheres;
- d) dinheiro, amigos, família.

### Questão 11

“O homem é o lobo do homem” Thomas Hobbes.

Com esta famosa frase, Hobbes **indica** que o homem é:

- a) essencialmente bom
- b) naturalmente bom
- c) naturalmente mau
- d) naturalmente inteligente

### Questão 12

O \_\_\_\_\_ indica uma classe abrangente de teorias que tentam explicar os caminhos que levam as pessoas a formarem Estados e/ou manterem a ordem social.

Qual das alternativas seguintes **melhor preenche** a lacuna?

- a) Contrato social
- b) Contrato organizacional
- c) Contrato comum
- d) Contrato contratualista

**Disciplina:** Economia Política

**Professor:** Mário César Miranda

### Questão 13

A lei dos rendimentos decrescentes:

- a) Descreve o sentido geral e a taxa de mudança na produção da firma quando é fixada a quantidade de recursos.
- b) Refere-se a produtos extras sucessivamente mais abundantes, obtidos pela adição de medidas iguais de um fator variável a uma quantidade constante de um fator fixo.
- c) Refere-se a produtos extras sucessivamente mais reduzidos, obtidos pela adição de medidas iguais de um fator variável a uma quantidade constante de um fator fixo.
- d) É constante, com a observação de que há limites à produção atingível, quando quantidades crescentes de um só fator são aplicadas a quantidades de outros.

### Questão 14

A “política fiscal” de um governo pode ser definida como sua política relativa à (ao)(aos):

- a) Relação entre o total de suas compras de bens e serviços e o total de seus pagamentos de pensões.
- b) Regulamentação de atividades bancárias e de crédito.
- c) Total e aos tipos de despesas e à maneira de financiar essas despesas (tributação, levantamento de empréstimos etc.).
- d) Serviços de educação, saúde e segurança nacional.

### Questão 15

O que define a moeda é sua liquidez, ou seja, a capacidade que possui de ser um ativo prontamente disponível e aceito para as mais diversas transações. Além disso, três outras características a definem:

- a) Forma metálica, papel-moeda e moeda escritural.
- b) Instrumento de troca, unidade de conta e reserva de valor.
- c) Reserva de valor, credibilidade e aceitação no exterior.
- d) Instrumento de troca, curso forçado e lastro-ouro.

### Questão 16

A política monetária e a política fiscal diferem, essencialmente, pelo seguinte fato:

- a) A política monetária trata dos recursos totais arrecadados e dos gastos pelo governo, enquanto a política fiscal trata das taxas de juros.
- b) A política fiscal procura estimular ou desestimular as despesas de investimento e de consumo, por parte das empresas e das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política monetária funciona diretamente sobre as rendas por meio da tributação e dos gastos públicos.
- c) A política monetária procura estimular ou desestimular as despesas de consumo e de investimento, por parte das empresas e das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito,

enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas mediante a tributação e os gastos públicos.

d) Não há, essencialmente, diferença entre as duas, uma vez que os objetivos e as técnicas de operações são os mesmos.

**Disciplina:** Introd. ao Estudo do Direito

**Professor:** Ilídia Aparecida Silva

### Questão 17

**“Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Este enunciado é**

- a) verdadeiro e caracteriza derrogação legal.
- b) verdadeiro e caracteriza o princípio da irretroatividade legal.
- c) falso e caracteriza a vacância legal.
- d) verdadeiro e configura a regra sobre repristinação legal.

### Questão 18

**A Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre arbitragem, em seu artigo 44, estabeleceu: “ficam revogados os artigos 1037 a 1048 da Lei 3071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil Brasileiro; os artigos 101 e 1072 a 1102 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil”.**

Neste caso, é possível dizer então que ocorreu:

- a) revogação tácita;
- b) ab-rogação expressa;
- c) derrogação expressa;
- d) repristinação.

### Questão 19

**A respeito da Lei X, publicada no dia 1.º de março de 2016, assinale a opção correta.**

- a) Caso falte o texto para algum dispositivo da Lei X, o juiz poderá corrigi-la por processo interpretativo.
- b) Se houver omissão na Lei X, o juiz deverá decidir de acordo com os fins sociais a que ela se dirige.
- c) Eventual correção de texto da Lei X será considerada lei nova, se aquela já estiver em vigor.
- d) Se a Lei X estabelecer disposições a par das já estabelecidas pela Lei Y, haverá a revogação desta.

### Questão 20

**A norma contida no art. 489 do Código Civil estabelece: “Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço”. Quanto ao critério da sanção, referida norma pode ser classificada em:**

- a) Imperfeita. Se violada não acarretará nenhuma penalidade
- b) Mais que perfeita. Se violada além de acarretar sanções de ordem civil, também poderá acarretar sanções de ordem penal.
- c) perfeita. Se violada, resultará na nulidade do negócio jurídico realizado.
- d) Perfeita. Se violada acarretará a prisão do infrator.



**Disciplina:** História do Direito

**Professor:** Léo Húber

### Questão 21

Thomas Hobbes é uma dos mais importantes pensadores do jusnaturalismo moderno e em boa parte acaba justificando a necessidade de um poder soberano e absoluto, devido à própria característica do homem que este definiu como sendo o lobo de si mesmo. Entre outras afirmativas este afirmou que o homem antecede a sociedade e cada um é juiz dos meios para sua defesa. Daí cessa os critérios de justiça. Nas alternativas erradas sobre afirmações de Hobbes assinale aquela que estiver errada:

- a) ( ) Natural ao homem é a defesa dos interesses da sociedade por ele depende dela.
- b) ( ) A autoridade, não a verdade, faz a lei.
- c) ( ) Só existem para os súditos os direitos reconhecidos pelo soberano.
- d) ( ) Se o soberano não consegue manter a ordem, perde sua legitimidade.

### Questão 22

John Locke é um dos primeiros e principais pensadores jusnaturalistas da Europa do Norte e elabora pensamentos que divergem, em muito, do que vinha afirmando Hobbes. As principais ideias jusnaturalistas de Locke são: (assinale a alternativa correta)

- a) ( ) Cada um deve cuidar de sua sobrevivência e da do seu próximo, mesmo quando isto ameaçar a própria sobrevivência.
- b) ( ) O pensamento de Locke ainda é formulado em bases leigas e prepara a sociedade para a liberdade moderna onde o estado deve ser leigo e o ensino também ser leigo.
- c) ( ) Afirma que a propriedade é um direito natural, porém, que na escassez a propriedade deixa de ser natural.
- d) ( ) Afirma que, para manter a paz social, os sofridos e oprimidos não tem o direito de se rebelar contra governos injustos por ser a vontade de Deus.

### Questão 23

Havia uma preocupação, ainda no século XIX, da jurisprudência não usurpar o papel da lei, como muitas vezes havia ocorrido no tempo da monarquia. Contudo, já no final do século XIX a jurisprudência passou a se constituir como uma nova cultura jurídica para aplicar a lei adaptando-a. Exemplos disso são a hesitação em termos de tratamento de escravos, o alargamento do conceito de propriedade e a influência da concepção burguesa de sociedade sobre algumas leis. Os doutrinadores mais utilizados eram Pascoal de Mello Freire e Corrêa Telles. Os assuntos mais discutidos na jurisprudência neste período: (assinale a alternativa errada).

- a) ( ) Estão ligados a interesses das classes possuidoras.
- b) ( ) Circulação de mercadorias...
- c) ( ) Falências e concordatas e a substituição de sócios em empresas.
- d) ( ) Os casos envolvendo discussões sobre escravos não eram objeto de discussão.

### Questão 24

Os juristas, mesmo formados em Portugal traziam forte influência do pensamento Francês e Inglês. No direito privado havia também a presença do pensamento jurídico alemão. Transplantado de fora para o Brasil, o direito torna-se algo estranho e conhecido por muito poucos. Quem conhecia o direito e a quem isto favorecia? Assinale a alternativa correta.

- a) ( ) O desconhecimento da lei favorecia a continuidade no poder dos grupos dominantes.
- b) ( ) Especialmente a influência do direito inglês não beneficiou os escravos que foram conseguindo alforria.
- c) ( ) Falar em direito estranho no enunciado refere-se ao direito das mulheres já que elas reivindicavam direitos.
- d) ( ) O direito transplantado de fora ajudou o Brasil por já ser testado em um longo período de aplicação na Europa.

**Disciplina:** Direito Penal – Parte Geral I

**Professor:** Eliel Ribeiro Carvalho

### Questão 25

Ao completar 18 anos de idade todo ser humano presume-se imputável. Essa presunção, todavia, é relativa, pois admite prova em contrário. E para a aferição da imputabilidade são utilizados os três sistemas ou critérios abaixo relacionados, EXCETO:

- a) biológico;
- b) psicológico;
- c) biopsicológico;
- d) intelectual.

### Questão 26

São causas de inimputabilidade, elencadas pelo Código Penal, EXCETO:

- a) menoridade;
- b) desenvolvimento mental completo;
- c) doença mental;
- d) desenvolvimento mental retardado.

### Questão 27

Dois indivíduos estão no interior de um barco pescando em um rio de fortes correntezas. Um deles está munido de colete salva-vidas, o outro não. Em determinado momento são surpreendidos por um forte vento que agita ainda mais as águas, levando o barco a virar. O pescador que estava sem colete consegue arrancar o salva-vidas do colega e se salvar, no entanto, provocando a morte do outro que, ao ficar desprovido do colete, foi levado pelas águas. **Diante esse fato hipotético, é correto afirmar:**

- a) ( ) O sobrevivente, apesar de ter culpa na morte do colega pescador, não responderá por crime por conta da excludente de ilicitude da “legítima defesa”.
- b) ( ) O sobrevivente, apesar de ter culpa na morte do colega pescador, não responderá por crime por conta da excludente de ilicitude do “estado de necessidade”.
- c) ( ) O sobrevivente, apesar de ter culpa na morte do colega pescador, não responderá por crime por conta da excludente de ilicitude do “exercício regular do direito”.
- d) ( ) O sobrevivente, apesar de ter culpa na morte do colega pescador, não responderá por crime por conta da excludente de ilicitude do “estrito cumprimento do dever legal”.

**Questão 28**

Marque a alternativa INCORRETA

- a) ( ) Em princípio, todos são imputáveis, exceto aqueles abrangidos pelas hipóteses de inimputabilidade enumeradas na lei.
- b) ( ) O critério biológico, para a definição da inimputabilidade, leva em conta apenas o desenvolvimento mental do acusado (quer em face de problemas mentais ou da idade do agente).
- c) ( ) Nos termos do artigo 27 do Código Penal, os menores de 18 anos são imputáveis, ficando, entretanto, sujeitos às normas da legislação especial.
- d) ( ) Não pode alegar o estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.